



ACÓRDÃO Nº781/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11692/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Neumice Reges Pinto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1379/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Aripuanã, referente ao exercício de 2021, tendo como responsável a **Sra. Neumice Reges Pinto**, Presidente daquela Casa e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 19, inciso, II c/c o art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas indicadas na fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Neumice Reges Pinto**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelas falhas indicadas **nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11.2, 11.4 e 12**, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o



ACÓRDÃO Nº781/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Câmara Municipal de Novo Aripuanã que:

10.3.1. tome as providências cabíveis, visando a imediata regularização da situação com a inscrição em Dívida Ativa e posterior baixa do respectivo valor, constante no item 3, da fundamentação do Voto;

10.3.2. mantenha o Portal da Transparência devidamente atualizado, com divulgação em tempo real das informações de interesse coletivo ou geral, conforme dispõe o art. 8º, §§ 2º e 4º da Lei nº 12.527/2012; (itens 4, 5 e 6, da fundamentação do Voto);

10.3.3. em prestações de contas futuras as informações relativas às licitações sejam encaminhadas dentro do prazo estipulado pela resolução vigente; (item 7, da fundamentação do Voto);

10.3.4. tome as providências cabíveis para a implementação do Serviço de Informação ao Cidadão de forma efetiva, com instalações físicas na realização dos atendimentos, em obediência ao art. 9º, I, da Lei nº 12.527/2011; (item 8, da fundamentação do Voto);

10.3.5. tome as providências cabíveis para a implantação de um controle de almoxarifado efetivo que contenha os dados de entrada e saída e material em quantidades, bem como o remanescente em estoque, em obediência ao art. 96, da Lei nº 4.230/64; (item 9, da fundamentação do Voto);

10.3.6. seja efetuada alteração na relação de bens



ACÓRDÃO Nº781/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

patrimoniais/inventário, acrescentando a informação quanto à localidade do bem, buscando dar cumprimento aos arts. 94 a 96, da Lei federal nº 4320/64. (item 10, da fundamentação do Voto);

10.4. Dar ciência à Sra. Neumice Reges Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Novo Aripuanã e Ordenadora de Despesas, do Voto e do decisório;

10.5. Arquivar os autos após os prazos legais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de maio de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição